

**AGRICULTORES FAMILIARES E ESTRATÉGIAS DE ADAPTAÇÃO NA PANDEMIA COVID-19: um estudo com produtores orgânicos de base agroecológica**

***FAMILY FARMERS AND ADAPTATION STRATEGIES IN PANDEMIC COVID-19: a study with organic producers based on agroecology***

Fabiana Estefano Benedito – fabiana.benedito@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia de São Carlos (Fatec) – São Carlos – SP – Brasil

Martin Mundo Neto – martin.mundo@fatec.sp.gov.br  
Faculdade de Tecnologia de São Carlos (Fatec) – São Carlos – SP – Brasil

**DOI: 10.31510/inf.v19i1.1345**

Data de submissão: 09/02/2022

Data do aceite: 25/05/2022

Data da publicação: 30/06/2022

### **RESUMO**

A pandemia de Covid-19 causou impactos em âmbito global, afetando todas as camadas sociais. Porém, alguns grupos sociais com maiores indicadores de vulnerabilidade sofreram de forma mais ampla os impactos da pandemia. O objetivo deste artigo foi identificar as estratégias de adaptação adotadas pelos agricultores familiares, produtores orgânicos de base agroecológica, durante a pandemia. O estudo empírico foi realizado com agricultores da Organização de Controle Social - OCS Santa Helena, em São Carlos-SP. As entrevistas foram realizadas na feira do produtor orgânico e durante uma visita aos agricultores da OCS. Entre os impactos econômicos indicados nas entrevistas destaca-se a diminuição da receita monetária decorrente da interrupção das feiras e da suspensão dos contratos do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. As principais estratégias de adaptação deste grupo foram i) mobilizar a rede de agroecologia local, ampliando as vendas por encomendas utilizando internet e ii) atuar junto a representantes da esfera política municipal para defender os interesses dos agricultores familiares.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Agroecologia. Covid-19. Organização de Controle Social. Agricultura Orgânica

### **ABSTRACT**

The Covid-19 pandemic has had global impacts, affecting all social layers. However, some social groups with higher indicators of vulnerability have suffered more broadly the impacts of the pandemic. The aim of this article was to identify the adaptation strategies adopted by family farmers, organic producers with agroecological practices, during the pandemic. The empirical study was carried out with farmers of the Organization of Social Control - OCS Santa Helena, in São Carlos-SP. The interviews were conducted at the organic street market and during a visit to OCS farmers. Among the economic impacts indicated in the interviews is the decrease in monetary revenue stemming from the interruption of street markets and the suspension of contracts of the Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. The main adaptation strategies of this group were i) mobilize the local agroecology network, expanding sales by

orders using internet and ii) act with representatives of the municipal political sphere to defend the interests of family farmers.

**Keywords:** Family farming. Agroecology. Covid-19. Organization of Social Control. Organic Agriculture

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia de Covid-19, uma infecção viral, afetou demasiadamente a vida social e econômica do país. Entre as medidas mais indicadas para conter a propagação do vírus, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2020), foi o isolamento social. A partir de março de 2020, houve momentos em que o isolamento social paralisou partes das atividades que levam às aglomerações sociais. Para além do problema sanitário, a pandemia teve consequências sociais graves, acentuando os riscos de pessoas em situação de vulnerabilidade, evidenciando as desigualdades econômicas na sociedade brasileira (BORSATTO *et al.* 2020). Em algumas cidades, determinações governamentais adequaram as novas normas para garantir a continuidade dos serviços essenciais e do abastecimento alimentar. No Brasil, os agricultores familiares são responsáveis pela produção de gêneros de alimentação básica (IBGE, 2016). A maioria desses agricultores dependem de canais de comercialização que foram diretamente afetados durante a pandemia, notadamente os agricultores familiares produtores orgânicos de base agroecológica vinculados às Organizações de Controle Social – OCS, uma vez que esses agricultores podem vender seus produtos como orgânicos desde que seja na venda direta a consumidores e nas compras institucionais, sobretudo aquelas do setor público e vinculadas à programas específicos de incentivo à comercialização da produção agrícola, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

O PNAE e o PAA possuem alta relevância para os agricultores familiares em geral. Esses programas passaram por alterações para melhor funcionamento durante a pandemia, mesmo com o fechamento das escolas públicas. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), responsável pelo repasse dos recursos do PNAE, continuou transferindo normalmente os recursos da alimentação escolar. Em abril de 2020 foi publicada a Lei nº 13.987/2020, autorizando a distribuição de alimentos adquiridos pelo PNAE aos pais ou responsáveis pelos estudantes, através de kits definidos pela equipe de nutrição local (BRASIL, 2020). Mesmo com a legalização das distribuições dos kits, a normativa não tornou obrigatório que o poder público local seguisse essas orientações, podendo ele adotar estratégias diferentes, como ocorreu no município de São Carlos (SP), onde foram distribuídos cartões de merenda

escolar. Durante o ano de 2020, a suspensão das feiras livres agravou ainda mais a crise econômica dos agricultores no município. Essas medidas restritivas ocasionaram redução nas vendas diretas e nas vendas institucionais, com implicações para o fluxo de caixa da unidade produtiva, colocando muitas famílias em situação de fragilidade socioeconômica, forçando-os a se adaptarem ao novo cenário e descobrir novas alternativas para gerar renda (BICALHO; LIMA, 2020).

Os impactos sociais, econômicos, políticos e culturais da pandemia foram mais intensos entre as populações de baixa renda. Os agricultores familiares sofreram com tais impactos, uma vez que se trata de um grupo que não foi incluído entre aqueles que tiveram direito ao auxílio emergencial, benefício financeiro para o enfrentamento da crise do coronavírus – Covid 19 (GRIESINGER, 2021). O projeto de Lei 823/2021 que dispõe sobre medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para mitigar os impactos socioeconômicos da Covid-19, foi aprovado no Senado e vetado pelo Governo Federal (BRASIL, 2021). Portanto, esses agricultores tiveram que encontrar soluções próprias, ampliando a complexidade do ambiente no qual estão inseridos, notadamente aqueles com idade avançada e baixa escolaridade.

Esse cenário indica a relevância e justifica os estudos sobre os agricultores familiares durante a pandemia, uma vez que se trata de agricultores que destinam sua produção para o mercado interno com gêneros de alimentação básica, tão importantes neste período de crise sanitária e socioeconômica. A questão que motivou essa pesquisa consistiu em investigar “como os agricultores familiares produtores orgânicos de base agroecológica se adaptaram ao ambiente da pandemia do Covid-19?”. Assim, o objetivo principal dessa pesquisa foi compreender quais as estratégias adotadas por esses agricultores para comercializar sua produção durante a pandemia.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA**

Para compreender a situação dos agricultores familiares produtores orgânicos de base agroecológica na pandemia foi realizada uma revisão bibliográfica considerando as principais políticas públicas para esses produtores e os principais aspectos da pandemia que os impactaram diretamente.

## **2.1 Transição agroecológica e políticas públicas: uma alternativa para os agricultores familiares.**

No Brasil, a agricultura familiar é responsável por grande parte dos alimentos destinados ao mercado interno, possuindo uma representação significativa no ambiente rural. Segundo o IBGE (2016) esse segmento representa 67% da população responsável pela produção agrícola e gera, aproximadamente, 23% da riqueza produzida na agricultura brasileira.

Abramovay (2010) indica que o caminho para o desenvolvimento sustentável brasileiro passa, necessariamente, pela valorização, preservação e exploração racional dos biomas nacionais. Segundo Caporal e Petersen (2011) os movimentos de agricultura alternativa têm ganhado cada vez mais adeptos entre os agricultores familiares, com destaque para a produção orgânica de base agroecológica que têm os princípios da agroecologia como norteadores da organização da produção. Muitos desses princípios e práticas agrícolas estão presentes em diferentes vertentes da agricultura alternativa como a agricultura biodinâmica, a agricultura natural, permacultura, a agricultura orgânica, dentre outras. Moreira e Carmo (2004) propõem um modelo de desenvolvimento rural sustentável de cunho agroecológico focado na participação das instituições locais e regionais. De acordo com Altieri (2010), a agroecologia é uma alternativa viável para agricultores familiares uma vez que ela preconiza o uso de práticas sustentáveis, considerando as particularidades dos ecossistemas, a vocação dos agricultores, a valorização do conhecimento dos povos ancestrais, a busca permanente de aprendizado em relação à natureza, através de as ações coletivas. Nesse modelo de organização socioeconômica a venda da produção é realizada em circuitos curtos de comercialização, com foco nas comunidades locais, permitindo uma relação duradoura e de confiança entre produtores e consumidores.

Uma das políticas públicas que procurou captar as demandas da agricultura familiar para o apoio à agricultura alternativa foi a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO) que busca implementar ações e programas que visam promover melhorias na qualidade de vida à população através da expansão de oferta e do consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012). A PNAPO é considerada pioneira nas políticas pública nacionais a integrar o prisma agroecológico, “junto com os esforços do governo federal para a consolidação e construção de políticas e programas de apoio à agroecologia e à produção orgânica.” (IPEA, 2017, p.98).

De acordo com Tafuri (2019) para os agricultores familiares, no âmbito das políticas agrícolas, a transição agroecológica passou a ser apresentada como uma possibilidade para redefinir suas estratégias de produção, incorporando tecnologias agroecológicas, admitidas nas metodologias de produção orgânica. O número de produtores inseridos no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos (CNPO) têm crescido desde 2010, com destaque para os agricultores familiares que optaram pela transição agroecológica e constituíram OCSs (VILELA, 2019; MUNDO NETO; RAMOS; ANTÔNIA., 2019). Para Martins, Kroetz e Seco (2013), aqueles que pertencem às OCS estariam em uma posição mais fragilizada, possibilitando a venda direta em feiras livres e fornecendo seus produtos para Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Conforme discutido em Borsatto et al. (2020) os programas de aquisição de alimentos do governo federal têm sido um dos principais canais de comercialização para os agricultores cadastrados. Todavia, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é de suma relevância para os agricultores familiares (BICALHO; LIMA 2020). A Lei nº 11.947/2009 instituiu uma porcentagem mínima de 30% dos valores que são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), destinado para a compra dos produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009). Segundo Pereira et.al. (2021), o PNAE se tornou o programa com maior relevância para os agricultores familiares, por oferecer um maior retorno econômico. Esquerdo, Bergamasco e Andrade (2013) confirmam que as políticas públicas fomentam um mercado capaz de fortalecer e impulsionar os agricultores familiares.

## **2.2 Pandemia Covid-19 e a agricultura familiar.**

O Estado de São Paulo foi o mais afetado pelo vírus e com o maior número de mortes por Covid-19 no país. Tendo em vista a contenção do vírus, o governo adotou as medidas que demandaram a paralisação de atividades mediante o isolamento social, com fins de evitar aglomerações (BRASIL, 2021).

Conforme apontado por Preiss *et al.* (2020), mesmo o contágio tendo sido maior nos grandes centros urbanos, quando comparado às regiões rurais, onde a maioria dos agricultores familiares reside, com a pandemia as condições de vulnerabilidade desses agricultores se intensificaram, aprofundando a pobreza e o acesso limitado aos serviços básicos de saúde. De acordo com Pereira *et al.* (2021), sob a perspectiva econômica, são famílias com padrão de renda baixa e dependentes de canais de distribuição e comercialização que foram amplamente

afetados pela pandemia. Borsatto *et al.* (2020) constatou que o fortalecimento dos agricultores, a sua inclusão social e econômica é advinda, em grande parte, dos programas governamentais, particularmente, o PAA e o PNAE, dos quais possuem elevada dependência para o escoamento da sua produção. Considerando o impacto no início da pandemia,

“no curto prazo, os efeitos econômicos sobre a agricultura familiar dizem respeito, principalmente, à manutenção da atividade produtiva e às dificuldades de escoamento da produção. Isso se dá em virtude da supressão parcial da demanda – por exemplo, o cancelamento das feiras públicas, o fechamento de restaurantes e a perspectiva de redução das compras para a merenda escolar, devido à paralisação das aulas – e da queda de rendimentos provenientes da comercialização. No médio prazo, a retração da atividade pode comprometer decisões de plantio, elevando o risco de desabastecimento alimentar após a crise” (VALADARES ET AL., 2020, p.7):

Algumas pesquisas já chamaram a atenção sobre a insuficiência das políticas públicas na ampliação da autonomia dos agricultores, principalmente no escoamento da produção autorizada pelo mercado institucional (SANTOS *et al.*, 2016). Em síntese, a pandemia impôs desafios aos agricultores familiares em geral, especialmente para aqueles que tinham a base de sua renda proveniente de comercialização em feiras livres e de vendas institucionais.

### 3 METODOLOGIA

A metodologia adotada no presente artigo possui caráter descritivo e exploratório. Segundo Gil (1998) para as situações em que não haja acúmulo de estudos ou em casos excepcionais, como o de uma pandemia, são indicados estudos de casos exploratórios que permitam ampliar o conhecimento sobre o tema e refinar as hipóteses iniciais da pesquisa. Para obter dados sobre a realidade dos agricultores familiares na pandemia foi realizado um estudo empírico com produtores orgânicos de base agroecológica da OCS Santa Helena localizada no município de São Carlos-SP. Trata-se de um estudo de caso Yin (2001), realizado entre os meses de novembro de 2020 e outubro de 2021, na OCS Santa Helena, localizada no município de São Carlos. Foi elaborado um questionário semiestruturado com questões sobre os impactos do fechamento da feira orgânica, sobre a interrupção dos contratos PNAE, sobre as estratégias adotadas para vender a produção durante a pandemia, sobre o retorno da feira e as ações executadas pelo poder público local em benefício dos agricultores familiares. Foram entrevistados três agricultoras e dois agricultores familiares da OCS. As entrevistas foram realizadas logo após o retorno da feira semanal de agricultura orgânica realizada por esses

agricultores. Além das entrevistas realizadas aos sábados, no dia 07 de outubro de 2021, os pesquisadores acompanharam uma visita à OCS Santa Helena, agendada por membros do Grupo de Trabalho sobre OCSs da Comissão da Produção Orgânica do Estado de São Paulo - CPORG-SP, com objetivo de conhecer as unidades de produção dos membros da OCS Santa Helena. Na apresentação dos dados, os agricultores tiveram seus nomes substituídos por números (1 a 5) com objetivo de preservar o anonimato dos participantes da pesquisa.

#### **4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS**

A OCS Santa Helena foi fundada em 2014 com o objetivo de iniciar a transição agroecológica dos agricultores do grupo. Seus participantes têm contribuído para expansão de atividades de produção orgânica de base agroecológica no município de São Carlos. O grupo é formado por oito famílias de agricultores registrados no Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos – CNPO. As pessoas que integram o grupo são majoritariamente idosos e se conhecem desde a constituição do assentamento Santa Helena, em 2006. De acordo com Silva, Silva e Lopes (2018) para esse grupo a comercialização da produção foi sempre uma demanda presente. De acordo com os autores, essa prioridade foi identificada pelos agricultores e colaboradores participantes da rede de agroecologia do município e desencadeou um conjunto de iniciativas com parceiros locais, entre junho de 2015 e abril de 2017, resultando em cinco novos canais de comercialização para esse grupo: um Sistema de Cestas por encomenda; a Feira do Produtor Orgânico de Base Agroecológica; comércio de excedentes para representantes do comércio local focado em produtos agroecológicos; a participação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa de Alimentação Escolar (PNAE).

##### **4.1 Enfrentando os problemas da pandemia**

No município de São Carlos a interrupção da entrega de alimentos para a merenda escolar e o fechamento da feira semanal dos produtores orgânicos afetou diretamente a renda dos agricultores familiares da OCS Santa Helena. Com a interrupção das aulas presenciais da rede pública de ensino, a política adotada para o PNAE, em 2020, foi o uso de um “cartão merenda”, cartão do tipo alimentação, no valor de R\$50,00 por criança, válido entre os meses de junho e dezembro, sendo que a família poderia consumir o valor em estabelecimentos locais credenciados. Em 2021, o cartão merenda foi substituído por um “Kit de alimentação”,

composto por gêneros não perecíveis (A CIDADE ON, 2021). Os agricultores familiares que entregavam parte de sua produção em contratos firmados no âmbito do PNAE ficaram excluídos dessas soluções, contribuindo para reduzir ainda mais a receita dessas famílias durante a pandemia.

No início da pandemia, em São Carlos, o contrato com o PNAE foi suspenso e do PAA continuou, porém com valor bem abaixo do período anterior à pandemia. Além da interrupção das aulas, foram suspensas as feiras livres, impossibilitando o escoamento da produção dos agricultores familiares, acarretando perdas de até 80% da produção. Diante dessa situação, os agricultores procuraram ampliar e desenvolver as vendas por encomendas, iniciadas antes da pandemia. Optaram por montar cestas com seus produtos e vendê-las por aplicativo de celular (*WhatsApp*). A entrega passou a ser realizada mediante a cobrança de uma taxa, conforme relatado por um dos agricultores do grupo estudado:

“Como o contrato do PNAE está suspenso por enquanto, estamos montando kits com nossos produtos e oferecendo para os clientes, alguns escolhem o que quer e nós entregamos” (Entrevista Agricultor 1).

Contudo, algumas famílias não se adaptaram com as vendas das cestas devido à distância e logística de entrega, dificultando ainda mais a geração de renda e aumentando a perda da produção. Esses agricultores passaram a depender da solidariedade dos demais membros da OCS que acrescentavam alguns de seus produtos nas cestas e os vendiam, evidenciando que tais atitudes reforçam a solidariedade entre eles, constituindo-se um grupo que ajuda coletiva, fato pontuado no relato a seguir:

“Não consigo fazer cestas para vender, porque o custo é alto e a logística dificulta a entrega, mesmo cobrando taxas eu não consigo fazer as entregas. Os outros agricultores que me ajudam como pode, vendendo alguma coisa para mim” (Entrevista Agricultor 2).

O retorno das feiras livres foi autorizado pela Prefeitura em 03 de outubro de 2020, mas com a mudança no local onde tradicionalmente era realizada, transferindo-se da Praça dos Voluntários para o quarteirão ao lado, na praça da Biblioteca Municipal, no sentido dos bairros e, portanto, mais distante da Avenida São Carlos, conforme anunciado pela Prefeitura (SÃO CARLOS OFICIAL, 2020). De acordo com os agricultores, no novo local, com o distanciamento em relação ao mercado municipal, há menos circulação de pessoas, impactando negativamente as vendas na feira.

Esse conjunto de mudanças impactou os agricultores da OCS e evidenciou a importância do PNAE e da feira orgânica para esse grupo pesquisado, conforme os depoimentos dos agricultores:

“A salvação está sendo as vendas das cestas pelo WhatsApp, meu filho manda para os clientes o que temos, eles fazem os pedidos e entregamos. Estamos tendo muitas vendas. Já fazíamos cestas em um ponto dentro da USP, e com a pandemia vimos que a melhor saída era continuar as cestas e vender por WhatsApp” (Entrevista Agricultor 5).

“A maior renda nossa vem do PNAE, mas a saída foi vender pelo WhatsApp e deu super certo, conseguimos vender mais que nas feiras em alguns dias. A gente criou clientes fiéis na feira e isso ajudou a vender pelo aplicativo” (Entrevista Agricultor 3).

“Muito difícil, perdemos muita da nossa produção e a nossa maior renda vem do contrato com o PNAE, as feiras é uma boa fonte de venda também, mas quando fechou foi muito ruim para nós. Tivemos que cortar gastos, não vendemos cestas, não compensa para a gente, a logística das entregas é precária. Para nos ajudar os nossos amigos do assentamento vendiam alguns produtos nossos e entregava, foi o que nos ajudou um pouco” (Entrevista Agricultor 4).

Mas além da importância de políticas governamentais para a agricultura familiar, os relatos acima apresentados enfatizam a importância da coesão solidária de coletivos em tempos de crise sanitária, econômica, política e social. No decorrer das entrevistas realizadas na feira e na visita ao assentamento foi possível confirmar a solidariedade consolidada entre os integrantes da OCS, pois mesmo aqueles que não tiveram como ampliar o Sistema de Cestas de forma individual, participaram fornecendo produtos para as cestas sob responsabilidade de outros agricultores do grupo. A OCS Santa Helena atua como grupo organizada, com bom relacionamento entre seus integrantes permitindo uma articulação social e política com representantes da rede de agroecologia local e dos poderes públicos, ainda que esses últimos nem sempre atendam plenamente às demandas apresentadas pelo grupo.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa contribuiu para compreender como a pandemia afetou as atividades de agricultores familiares, produtores orgânicos de base agroecológica, e identificar as estratégias por eles adotadas para superar os momentos de dificuldades impostas pela interrupção de grande parte das atividades econômicas. O estudo empírico corrobora com os estudos recentes

em que as atividades de comercialização da produção aparecem como ponto crítico para os agricultores familiares. Para os produtores orgânicos de base agroecológica da OCS Santa Helena a comercialização foi impactada tanto pela interrupção dos contratos de fornecimento para o PNAE como pela interrupção da feira orgânica semanal. Destaca-se o aprendizado acumulado pelo grupo antes da pandemia que permitiu aos integrantes da OCS ampliarem o Sistema de Cestas por Encomenda desenvolvido em anos anteriores.

Apesar da ausência de políticas específicas para agricultores familiares durante a pandemia, a política de incentivo à transição agroecológica, implementada pela PNAPO, ampliou a resiliência dos agricultores participantes, uma vez que, na pandemia, ficaram evidentes a importância de princípios da agroecologia para o enfrentamento dessa crise, em particular, a constituição de uma rede de produtores e consumidores locais, o associativismo e o hábito de autoconsumo de parte da produção.

## REFERÊNCIAS

- A CIDADE ON. **Prefeitura irá substituir cartão merenda por kits de alimentação**, São Carlos, 17 fev.2021. Disponível em: <https://www.acidadeon.com/saocarlos/cotidiano/NOT,0,0,1582350,Prefeitura+vai+substituir+cartao+merenda+por+kits+de+alimentacao.aspx>. Acesso realizado em: 2 fev. 2022.
- ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil. **Novos estud. - CEBRAP**, São Paulo, n. 87, p. 97-113, jul. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002010000200006> . Acesso em: 29 set. 21.
- ALTIERI, M. Agroecologia, agricultura campesina e soberania alimentar. **Revista Nera**, n. 16, p.22-32, 2010. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1362> . Acesso em: 29 set. 21.
- BICALHO, D.; LIMA, T, de M. O Programa Nacional de Alimentação Escolar com garantia do direito à alimentação no período da pandemia do Covid-19. **DEMETRA: Alimentação, Nutrição & Saúde**, [S.l.], v. 15, p. e52076, out. 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/demetra/article/view/52076>. Acesso em: 13 set. 2021.
- BORSATTO, Ricardo Serra *et al.* Desafios do programa de aquisição de alimentos (PAA) em fomentar autonomia de agricultores familiares. **DRd – Desenvolvimento Regional em debate**, v.10, p. 1104-1122, 17 set. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.24302/drd.v10i0.2897>. Acesso em: 11 set. 2021.
- BRASIL. Casa Civil. Decreto nº 7794. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica**. 20 ago. 2012. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Lei 11.947 de jun. 2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11947.htm). Acesso em: 24 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Lei 13.987 de abr. 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>. Acesso em: 24 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cidadania. **Auxílio Emergencial**. Lei 823 de 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/servicos/auxilio-emergencial>. Acesso em: 21 out. 2021

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura familiar**. Lei 10.696 de jul. 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm). Acesso: 24 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. **Coronavírus Covid-19**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br>. Acesso em: 21 out. 2021.

CAPORAL, F. R.; PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. **Agroecologia** v.6, p.63-74, 2011.

ESQUERDO, V. F. de S.; BERGAMASCO, S. M. P. P., ANDRADE, F. R. P de. Agricultura Familiar e o PNAE: A implantação da Lei 11.947/2009 nos Municípios do Circuito das Frutas-SP. **Retratos De Assentamentos**,16(2), 153-173. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**, 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRIESINGER, D. Senado aprova auxílio para agricultores familiares. **Agência Brasil**. 25. ago. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTADÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário 2006**: Segunda apuração. 2006.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA – IPEA. **A Política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. Sambuichi, R. H. R. *et al.* (orgs.). Brasília: Ipea, 2017.

MARTINS, D.; KROETZ, J.; SECO, F. Certificação da qualidade orgânica por ‘Organismos de Controle Social’: Viabilizando a valorização da produção agrícola familiar. *In*: SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, 31., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

MOREIRA, R. M.; CARMO, M. S. do. Agroecologia na construção do desenvolvimento rural sustentável. **Agric. São Paulo**, v. 51, n.2, p. 37-56, dez. 2004.

MUNDO NETO, M.; RAMOS, R. F.; ANTONIA, L. D. Parceiros na expansão da agroecologia em São Paulo. **Revista Interface Tecnológica, Taquaritinga**, v. 16, n. 1, p. 393-405, 2019

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Orientação técnica e nacional: doença por coronavírus. **World Health Organization**, 2020.

PEREIRA, A. da S. *et al.* Desafios na execução do programa nacional de alimentação escolar durante a pandemia pela COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v.6, n.8, p. 63268-63282, aug.2020.

PREISS, Potira Viegas.; NAVARRO, Renata Soares; WEBER, Jaime Miguel; MELLO, Lavinia de Melo. Abastecimento alimentar e COVID -19: uma análise das feiras no Vale do Rio Pardo-RS. **Segurança Alimentar Nutricional**, Campinas, v.28, p. 1-13.

SANTOS, L. de L.; FERREIRA, D. P.; ALMEIDA, L. M. de M. C. Capital social e redes: uma análise dos efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar em municípios diferenciados no Estado de Goiás. **Revista de Políticas Públicas.**, v. 20, n. 1, p. 253-272, 2016.

SÃO CARLOS, Prefeitura Municipal de. Portal de São Carlos, 2020. Disponível em: <http://www.saocarlos.sp.gov.br/index.php/noticias-2020/174393-feira-livre-da-agricultura-organica-sera-retomada-neste-sabado.html>. Acesso em: 03 fev. 2022.

SILVA, R. C. da; SILVA, J. P. da; LOPES, P. R. Canais de comercialização para escoamento dos produtos orgânicos do grupo OCS Nova Santa Helena, São Carlos/SP. **Cadernos de Agroecologia**, Anais do VI CLAA, X CBA e V SEMDF, v.13, n.1, s.p., jul./2018. Disponível em: <<https://cadernos.aba-agroecologia.org.br/cadernos/article/view/142/1528>>. Acesso em: 2 fev. 2022.

TAFURI, D. M. **Deus e o diabo na terra da cerca**: A educação como expressão da luta pela terra no assentamento Santa Helena. São Carlos, 2019. 241 f. Tese (Pós- Graduação em educação) – Programa de Pós- Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2019.

VALADARES, A. A. *et al.* **Agricultura familiar e abastecimento alimentar no contexto do Covid-19**: uma abordagem das ações públicas emergenciais. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9996> . Acesso em: 21 out. 2021.

VILELA, G. F. *et al.* Agricultura orgânica no Brasil: um estudo sobre o Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos. **Embrapa Territorial**. 20 p. ISSN 0103-7811; 12. Campinas, 2019.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Tradução Daniel Grassi. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.